

## A ÉTICA PÓS-MODERNA (\*)

Michel MAFFESOLI(\*\*)

Essencialmente preocupada por sua perplexidade diante de um objeto inapreensível, irritada pelas reclassificações político-ideológicas de todo tipo, a maioria da "intelligentzia" - universitários, jornalistas e dirigentes - parece totalmente incapaz de compreender e, talvez mesmo, de ver a mudança qualitativa que está se operando nas nossas sociedades. No máximo, diante de um desencantamento político e sindical dos mais acentuados, ela reaviva "águas passadas" da filosofia política do século XIX, como a famosa "sociedade civil", ectoplasma de contornos indefinidos, que tem a dupla vantagem, por um lado, de evitar um esforço de análise e, por outro, de mascarar a fenda que percorre o corpo social e que não pode mais ser interpretada em termos de classe.

De fato, esta fenda pode ser comparada ao "buraco negro" revelado pela astro-física contemporânea, ou seja, uma outra forma de energia que aí se condensa e que escapa às análises clássicas feitas em função do espaço-tempo tradicional. Daí a necessidade de um esforço de pensamento ao qual somos todos confrontados, quem quer que sejamos. Tal esforço implica que, ao se questionar os conceitos até então preponderantes na análise social, se proponha, mesmo sob a forma de hipóteses, as noções capazes de esclarecer as novas formas de solidariedade, a lógica comunicacional, a pregnância do imaginário que constituem a socialidade nascente. Trata-se de uma

---

(\*) Tradução de Maria Cecília Sanchez Teixeira, Professora Doutora do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

(\*\*) Professor da Universidade de Sorbonne e Diretor do Centro de Estudos sobre o Atual e o Cotidiano (Paris V).

partida importante que delimita bem a nebulosa que leva o nome de "pós-modernidade".

Resumidamente pode-se dizer, ainda que hipoteticamente, que o "homo economicus" voltado para o futuro e para o domínio da natureza, que o "homo politicus" fascinado pelo poder e se colocando a favor ou contra ele, poderiam muito bem ceder o lugar ao que se pode chamar de "homo aestheticus", aquele que se preocupa sobretudo em experimentar quaisquer emoções coletivas no âmago das pequenas "tribos" das quais ele participa.

Sob pena de perder o contato com a realidade social, seria bom que estivéssemos atentos a tal processo, que privilegia o que é *próximo*, familiar, cotidiano, enfatizando o "consenso" em seu sentido cronológico, "cum sensualis", isto é, partilha de sentimentos.

Tal consenso será antes de mais nada recentrado sobre o que se pode chamar de "proxemia". Isto significa que em todos os domínios - trabalho, cultura, sexualidade - a prioridade será dada ao sentimento de pertença. Em consequência, a vida social passa a ser constituída por uma sucessão de "nós" que têm suas regras de conduta e seus modos de vida específicos.

É evidente que um tal consenso não terá mais nada a ver com uma estrutura linear, racional e previsível; fará pensar mais em uma arborescência com ramificações complexas e efeitos aleatórios. Assim, são as circunstâncias e o prazer de viver junto os momentos de intensidade que poderão caracterizar as diversas explosões sociais. Nessa lógica, todos os pretextos são bons mas também indecíveis. Em todo caso, diante de tal situação generalizada, é bem delicado ater-se às interpretações estritamente mecânicas, que promoveram a perspectiva econômico-política. Seria mais prudente seguir com atenção os meandros das paixões e dos sentimentos coletivos que não se verbalizam nos clássicos manifestos ou declarações, mas que se exprimem numa prática, às vezes bem banal, mas que sempre marca profundamente o corpo social.

É possível que tal consenso delimite a lógica do "ser-junto" que se esboça em nossos dias, lógica que não seria mais finalista, voltada para o futuro, mas, ao contrário, centrada sobre o cotidiano, o que exige de algum modo, um *pensamento do "doméstico"*. Assim, pode-se falar em um enfraquecimento do político-econômico. Isto significa que é no vazio deixado pela ausência de projetos, sob suas diversas formas, que vai se aninhar outra maneira de compreender e de viver a existência social.

Em termos um pouco abruptos, pode-se dizer que a polaridade constituída pelo par *moral e político* está sendo substituída por uma polaridade que se articula em torno do *hedônico* e do *estético*.<sup>(1)</sup>

Mesmo sendo um tanto arbitrário, este deslizamento permite mostrar a diferença fundamental que existe entre, de um lado, uma atitude prospectiva, uma concepção finalista do tempo, uma ordem social repousando sobre o indivíduo e a razão econômica e, de outro, um vivido mais sensível, mais imaginativo, considerando o conjunto da sociedade como sendo um ordenamento de uma multiplicidade de grupos se ajustando bem ou mal entre si.

Trata-se de um deslizamento importante que temos certa dificuldade em cercar: o social não se inscreve mais no quadro de uma história em marcha; também não se situa mais contra a história; coloca-se à margem dela, ou mais exatamente, faz explodir o conceito de centro histórico em uma multiplicidade de centralidades subterrâneas, cada uma com a sua história. Saber considerar tal heterogeneidade é, certamente, a questão essencial deste fim de século.

Esta heterogeneidade é encontrada naquilo que, no âmbito de diversas situações que conhecemos (trabalho, lazer), no

---

(1) "por estético entendo, no sentido mais próximo de sua etimologia, o fato de se experimentar em comum: *aisthêsis*".

interior das diversas formas de agregação (da família aos partidos, passando pelas associações), no quadro de múltiplas instituições (escolas, administrações, organizações) etc..., escapa a uma ordem puramente mecânica. Em suma, é o que está aquém ou além do que se chama comumente de relações sociais.

Não que estas não existam mais, e seria preciso ser bem cego para negá-las, mas talvez seja tempo de mostrar que repousam num "ethos" que a modernidade negligenciou. A isso propus chamar *socialidade*. Trata-se de algo bem diferente da simples "sociabilidade", que se admitia como resíduo de importância mínima no quadro das relações sociais.

Ao social pertence a solidariedade mecânica, a instrumentalidade, o projeto, a racionalidade e a finalidade. A socialidade, ao contrário, assiste ao desenvolvimento da solidariedade orgânica, da dimensão simbólica (comunicação), do "não-lógico";(V. Pareto), da preocupação com o presente. Ao drama, isto é, ao que evolui, ao que se constrói, se opõe o trágico, o que é vivido enquanto tal sem se levar em conta as contradições. Ao *futurismo sucede o presenteísmo*. É esta socialidade, fundamento mesmo do "ser-junto", que obriga a considerar tudo que se tinha convencionalizado tomar como essencialmente frívolo, anedótico ou sem sentido.

Assim, em oposição àqueles que continuam a ver o social como resultante de uma determinação econômico-política, ou ainda, àqueles que o vêem como o resultado racional, funcional ou contratual da associação de indivíduos autônomos, a temática da socialidade lembra que o mundo social, "taken for granted" (A. Schutz), pode ser compreendido como o resultado de uma *interação* permanente, de uma reversibilidade constante entre os diversos elementos de um ambiente social, no interior desta matriz que é o meio natural.

Assim, é contra os mecanismos de abstração que se constitui a socialidade pós-moderna. Retomando uma expressão de Spengler, ela se funda novamente sobre uma "física da proximidade".

dade". Como em toda constituição de sociedade, há uma transcendência, mas, no caso, uma "transcendência imanente". Por isso, atualmente assistir-se-ia a uma acentuação de um *sentido coletivo*.

Desta forma, minha hipótese, ao contrário daqueles que se lamentam sobre o fim dos grandes valores coletivos e a diminuição do indivíduo, comparados abusivamente com a importância atribuída à vida cotidiana, é justamente que o fato novo que se depreende (e que se desenvolve) se encontra na multiplicação dos pequenos grupos de redes existenciais, espécie de tribalismo que se funda, ao mesmo tempo, no espírito de religião (re-ligare) e no localismo (proxemia, natureza). Pode ser que, ao relativizar a monovalência da razão (soberana e centralizadora), sejamos confrontados ao que foi um ensaio abortado (Robespierre), a saber, esta "religião civil", que Rousseau tanto desejava. Esta hipótese não é, certamente, infundada e, sobretudo, não é nova porque, como observa E. Poulat, ela não deixou de preocupar, ao longo do século XIX e início deste, pensadores como Pierre Leroux, Comté naturalmente, Loisy, ou ainda Ballanche que pensava que a "humanidade seria conclamada a formar uma 4ª pessoa nos céus". Inspirando-se em um termo aplicado à Lammenais, pode-se dizer que esta perspectiva "demoteísta" pode permitir a compreensão da potência do tribalismo, ou da potência da socialidade, incompreensível aos analistas econômico-políticos e aos diversos protagonistas da tecno-estrutura.

Sabe-se que Durkheim esteve preocupado com o "vínculo religioso": "como se mantém uma sociedade que não é transcendida por nada, mas que transcende todos os seus membros". Esta fórmula resume bem a temática da transcendência imanente. Só a finalidade ou o utilitarismo não podem explicar a propensão à associação. Apesar dos egoísmos e dos interesses particulares, há um cimento que assegura a permanência. Segundo as épocas, este sentimento estará nos ideais distantes e, conseqüentemente, de fraca intensidade, ou nos objetivos mais po-

tentes porque mais próximos. Neste último caso ele não poderá ser unificado, racionalizado "a fortiori", e mesmo sua explosão fará ressaltar mais a coloração religiosa. Assim, a "religião civil", que é difícil de aplicar a toda nação, pode muito bem ser vivida ao nível local. Neste momento, a solidariedade que ela engendra adquire um sentido concreto. É nesse sentido que uma certa indiferenciação consecutiva à mundialização e à uniformização dos modos de vida, e às vezes de pensamentos abstratos, pode ocorrer juntamente com a acentuação de valores particulares nos quais alguns investem com intensidade. Desta forma, pode-se assistir a uma mediação crescente, a um vestuário padronizado, a um "fast food" invasor e, *ao mesmo tempo*, ao desenvolvimento de uma comunicação local (rádios livres, TV a cabo), ao sucesso de vestimentas específicas, de produtos ou de pratos locais, quando se tratar, em momentos particulares, de se reapropriar de sua existência. É isso mesmo que faz ressaltar o fato de que o avanço tecnológico não chega a apagar a potência do vínculo (da re-ligião), servindo-lhe mesmo, às vezes, de adjuvante.

É porque há saturação dos fenômenos de abstração, dos valores extraordinários das grandes engrenagens econômicas ou ideológicas, sem que sejam contestados (o que seria ainda lhes atribuir muita importância), que se pode observar um recentramento em objetivos de curto prazo, em sentimentos realmente partilhados, em tudo o que constitui um mundo de costumes, de rituais aceitos *enquanto tais*. É justamente esta proximidade que dá todo seu sentido ao que se chama o "divino social". Este nada tem a ver com qualquer dogmática ou inscrição institucional; ele restabelece a fibra pagã que jamais desapareceu totalmente das massas populares. Tal como os deuses "Lares", causa e efeito do ajuntamento familiar, o divino do qual falamos permite, nas desumanas e frias megalópoles, a recriação de cenáculos onde se mantém quentes os espaços de socialidade. O desenvolvimento vertiginoso das grandes megalópoles, que os demógrafos nos anunciam, só pode favorecer esta criação de "vilas nas cidades" para parafrasear um título conhecido. O

sonho de Alphonse de Allais se realizou, as grandes cidades tornaram-se campos onde os bairros, os guetos, as "paróquias", os territórios e as diversas tribos que as habitam substituíram as aldeias, os povoados, as comunas e os cantões de outrora. Mas, como é necessário se reunir em torno de uma figura tutelar, o santo patrono que se venera e que se celebra será substituído pelo guru, pela celebridade local, pela equipe de futebol ou pela seita em dimensões muito modestas.

A partilha do sentimento é o verdadeiro cimento societal; ele pode conduzir à insurreição política, à revolta pontual, à luta pelo pão, à greve pela solidariedade, podendo igualmente se exprimir pela ou na banalidade corrente. Em todos os casos ele constitui um *ethos* que faz com que, contra ventos e marés, através de carnificinas e de genocídios, o povo se mantenha enquanto tal e sobreviva às peripécias políticas. Este "demo-teísmo", aqui exagerado, é um "tipo ideal" ou uma "forma" metodologicamente necessária se se quer compreender a extraordinária resistência às imposições multiformes que constituem a vida em sociedade. Desenvolvendo um pouco mais a nossa hipótese, pode-se, a partir do que acaba de ser dito, propagar uma mudança mínima do adágio clássico e substituir "deo" por "populo". É assim que, para o sociólogo que tenta compreender o vitalismo da socialidade o "sésamo" poderia ser: "Omni potestas a populo". Com efeito, - e aqui estaria a dimensão prospectiva, profética mesmo, da sócio-antropologia - é possível que a estruturação social, que se organiza em uma multiplicidade de pequenos grupos compondo-se uns com os outros, permita que se escape, ou, pelo menos que se relativizem as instâncias do poder. Esta é a grande lição do politeísmo, com relação ao qual inúmeras análises já foram feitas, mas que propõe ainda um pista de pesquisa completamente fecunda. Para ser mais preciso, pode-se imaginar um poder em vias de mundialização, bi ou tricefálico, disputando e dividindo entre si as zonas de influências econômico-simbólicas, jogando com a intimidação atômica e, para aquém (ou ao lado), a proliferação de agrupamentos de interesses diversos, a criação de baronias específi-

cas, a multiplicação de teorias e ideologias opostas umas às outras. De um lado a homogeneidade, de outro a heterogeneidade. Esta perspectiva é atualmente negada pela maioria dos politistas ou dos observadores sociais, sobretudo porque ela contradiz seus esquemas de análise fundados nos pensamentos positivistas ou dialéticos do século passado. Mas, se formos capazes de interpretar índices tais como o maciço desencajamento político, a sedução cada vez maior do presente, o investimento em novas aventuras econômicas, intelectuais, espirituais ou existenciais, tudo isso deveria nos incitar a pensar que a *socialidade* nascente nada deve ao velho mundo *político-social*. É por meio desta autonomização frente aos poderes abusivos que se pode exprimir a "religião civil" (Robespierre) ou o "divino social" (Durkheim). Com efeito, sem se colocar a questão do que "deve ser" a sociedade futura, sacrifica-se a deuses locais (amor, comércio, violência, festa, atividades industriais, nutrição, beleza, etc) que podem ter mudado de nome desde a antiguidade greco-romana, mas cuja carga emblemática permanece. É nesse sentido justamente que se realiza a reapropriação da existência real, que é a base do que chamo a potência popular. Com confiança e obstinação, de uma maneira talvez um pouco animalesca (isto é, exprimindo muito mais um instinto vital que uma faculdade crítica) os grupos, as pequenas comunidades, as redes de afinidades ou de vizinhança se preocupam com relações sociais próximas, com o ambiente social e, certamente, com o meio natural. *Assim, mesmo que alguém pareça alienado pela distante ordem político-econômica, ele assegura a própria soberania sobre sua existência próxima.* Eis o resultado do "divino social" que é, ao mesmo tempo, segredo da permanência. É no próximo, no insignificante (o que escapa à finalidade macroscópica) que se exerce o domínio da socialidade. Pode-se mesmo dizer que os poderes só podem se exercer à medida em que não se distanciam muito dessa soberania; entendendo seguramente este "soberano" na perspectiva que lhe atribuiu J. J. Rousseau.



Falar de potência, de soberania, de divino à propósito do povo é reconhecer, para retomar uma expressão de Durkheim, "que o direito se originou dos costumes, isto é, da própria vida", ou ainda que são "os costumes que fazem a verdadeira constituição dos Estados". Esta prioridade vitalista sob a pena do conhecido positivista merece ser sublinhada e foi certamente esta reflexão que lhe permitiu acentuar a importância do vínculo religioso na estruturação social. Eu acrescentaria que atualmente é isto que permite acentuar a importância social do sentimento coletivo. Trata-se naturalmente de uma idéia que precisa ser atualizada, mas reconhecer que a íntima ligação do vitalismo (naturalismo) com o religioso constitui uma verdadeira "vis a tergo" impelindo os povos e assegurando-lhes perenidade e *potência*, implica pesadas conseqüências num momento em que a comunicação, o prazer, a arte e a vida cotidiana das massas impõem um novo dado social. É neste sentido que se pode dizer que a socialidade contemporânea reinveste toda uma parte do imaginário da Revolução, que havia sido deixada de lado. Há pois, ao mesmo tempo, ruptura e continuidade. É por isso que talvez se fale de pós-modernidade, ou seja, algo que se situa depois da modernidade e que assegura sua realização total.

(Recebido para publicação em 14/09/90 e liberado em 27/11/90)